

**AGROECOLOGIA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: ESTRATÉGIA DE
REPRODUÇÃO CAMPONESA NA CAMPANHA GAÚCHA (RS)**

**LA AGROECOLOGÍA EN ASENTAMIENTOS RURALES: ESTRATEGIA DE
REPRODUCCIÓN CAMPESINA EN LA CAMPANHA GAUCHA (RS)**

**AGROECOLOGY IN RURAL SETTLEMENTS: STRATEGY OF REPRODUCTION
PEASANT IN THE CAMPANHA GAUCHA (RS)**

Marcelo Cervo Chelotti

Instituto de Geografia – Universidade Federal de Uberlândia (MG)

chelotti@ig.ufu.br

Resumo: A Campanha Gaúcha, na década de 1990, transformou-se numa região receptora de projetos de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. Durante o processo de re-territorialização camponesa, novos desafios entraram em cena, principalmente, aqueles associados às estratégias de reprodução da unidade familiar num ambiente estranho. O cultivo agroecológico de sementes e frutas foi uma das alternativas encontradas pelos assentados para sua reprodução e geração de renda. Embora, sejam experiências pontuais, representam uma alternativa ao modelo vigente de agricultura.

Palavras-chave: agroecologia, assentamentos rurais, Campanha Gaúcha.

Resumen: La Campanha Gaucha en la década de los '90, se ha convertido en una región beneficiaria de los proyectos de asentamientos rurales en Rio Grande do Sul. Durante el proceso de re-territorialización de los campesinos, nuevos desafíos llegaron a la escena, especialmente los relacionados con las estrategias de reproducción de la unidad familiar en un ambiente extraño. El cultivo de semillas y frutas agroecológicas, fue una de las alternativas encontradas por los campesinos para su reproducción y generación de ingresos. Sin embargo, las experiencias son ocasionales, representan una alternativa al actual modelo de agricultura.

Palabras llave: agroecología, asentamientos rurales, Campanha Gaúcha.

Abstract: The Campanha Gaucha in the 1990's, has become a recipient region of projects of rural settlements in Rio Grande do Sul. During the process of peasant re-territorialisation, new challenges came on the scene, particularly those associated with reproductive strategies of the family unit in a strange environment. The agroecological cultivation of seeds and fruit was one of the alternatives found by settlers for their reproduction and income generation. While they are limited experiments, they represent an alternative to the current model of agriculture.

Key-words: agroecology, rural settlements, Campanha Gaucha.

INTRODUÇÃO

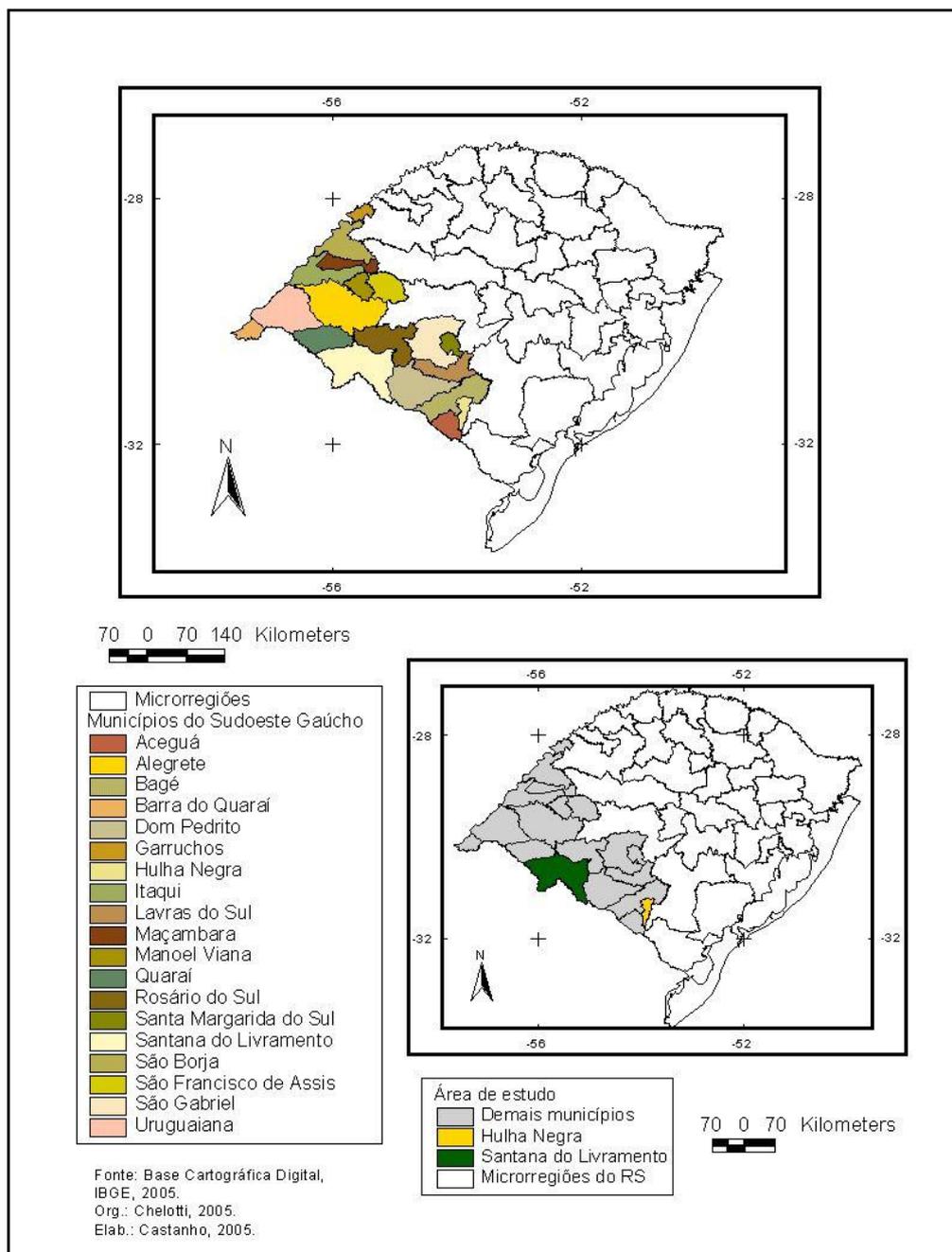
No decorrer da década de 1990, o espaço agrário da Campanha Gaúcha, região localizada no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul (Mapa 1), historicamente identificada como território do latifúndio agropastoril gaúcho, passou por profundas transformações socioespaciais devido à instalação de assentamentos rurais.

Os sistemas de cultivo dominantes encontram-se associados à exploração de uma pecuária de corte (bovinos e ovinos) que, em parte, incorporou novas tecnologias, mas, também, permaneceu como uma pecuária tradicional. No âmbito da agricultura, essa região caracteriza-se principalmente pela produção do arroz irrigado, introduzido na década de 1960 e pelo cultivo da soja em menor escala. No que se refere à produção familiar/camponesa, esta, historicamente exerceu um papel secundário e complementar ao espaço latifundiário, diferentemente de outras regiões do Rio Grande do Sul, onde é destaque na economia local.

A Campanha Gaúcha, nos anos 1980 passou por um processo de reestruturação, com a fuga de investimentos, emigração, empobrecimento, afetando o alicerce da matriz produtiva regional. A década de 1990 foi marcada pelas vistorias realizadas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em propriedades consideradas improdutivas. Nesse sentido, acentuou-se a luta pela terra na região, promovida pelas ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que reivindicava novas áreas para assentar famílias. Devido a esses embates, algumas áreas foram conquistadas e transformadas em assentamentos rurais, provocando a migração de milhares de pessoas para os campos dessa região.

Os assentados, sendo provenientes de outras regiões, trouxeram uma outra racionalidade no uso da terra, incorporando novos cultivos e fortalecendo a expressão da produção familiar/camponesa em âmbito regional. A nova racionalidade é visível na medida em que nos lotes são desenvolvidas atividades como cultivos agroecológicos, pecuária leiteira, dentre outras, formando núcleos de produção familiar em territórios do latifúndio agropastoril. No entanto, também se observa que essa nova racionalidade enfrenta problemas, como a comercialização dos produtos, uma vez que,

tradicionalmente a região não tem infraestrutura voltada para a produção familiar. Portanto, está posto um desafio para os assentados da Campanha Gaúcha: como se reproduzirem numa região onde o espaço latifundiário é sua própria identidade?



Mapa 1 – Campanha Gaúcha (RS): destaque para os municípios de Hulha Negra e Sant’Ana do Livramento no contexto do espaço regional.

CAMPANHA GAÚCHA (RS): METAMORFOSES NO TERRITÓRIO LATIFUNDIÁRIO

Ao estudar o espaço agrário do Rio Grande do Sul, devemos analisar a forma como ocorreu a ocupação desse território, estabelecendo suas diferenças, principalmente no quesito sociocultural. A primeira diferença refere-se basicamente à ocupação do território gaúcho durante o império, em que as lutas entre Portugal e Espanha eram constantes para a conquista e anexação de terras.

A primeira diferença a ser destacada, refere-se ao fato de que o Brasil meridional emergiu como um foco de tensão entre estes dois impérios. Desta maneira, a área que corresponde ao atual território gaúcho, foi colonizada por militares ligados ao governo imperial que receberam grandes glebas de terras denominadas de sesmarias. As pessoas que foram contempladas com as sesmarias tinham a função geopolítica de realizar a proteção das fronteiras do território que estava sendo formado. Assim, percebe-se nitidamente a forma de ocupação pela posse da terra nas regiões fronteiriças do Brasil meridional, na qual a sesmaria representou o acesso à terra, e a estância¹, à unidade produtiva.

Para Haesbaert (1988, p. 36), o processo de ocupação pela posse da terra na região fronteiriça do Brasil meridional deu-se da seguinte maneira:

Apropriado o território, fixada a fronteira, articulavam-se nitidamente uma base econômica específica (a pecuária), um grupo hegemônico regional (o caudilhismo militar-pastoril) e uma identidade cultural-ideológica forjada no espaço latifundiário e nas práticas sociais a ele vinculadas.

Desta maneira, articulou-se, na região, uma economia alicerçada na pecuária extensiva baseada na sesmaria como forma de posse da terra. Pode-se inferir, então, que a presença da grande propriedade latifundiária no sudoeste gaúcho encontra-se na gênese da ocupação territorial.

A Campanha Gaúcha, portanto, constituiu-se historicamente como o cerne do espaço latifundiário gaúcho, em função da concentração de grandes propriedades

¹ Em função da influência espanhola, denominam-se estâncias, as fazendas dedicadas à criação de bovinos e ovinos no Rio Grande do Sul, principalmente na Campanha Gaúcha.

dedicadas à criação extensiva de bovinos e ovinos. Enfim, essa região é caracterizada por apresentar altos índices de concentração da posse da terra no Estado do Rio Grande do Sul, como apontam Riedl e Navarro (1998, p. 223):

O latifúndio, entendido como uma forma de propriedade típica do meio rural brasileiro, caracterizado por exercer padrões de dominação política clientelista e exploração econômica extensiva, de baixa produtividade, tem diminuído em número no Estado, em razão do processo de modernização. Hoje não são muitas as regiões onde é possível identificar um maior número de propriedades com tais características – são por exemplo, as regiões formadas pelo triângulo Cruz Alta – Santiago – São Gabriel e, certamente, em muitos municípios da fronteira [...]

A segunda diferenciação da ocupação do território gaúcho refere-se às áreas florestais que foram, no decorrer do processo de ocupação, desprezadas pelo latifúndio pecuarista. Estas áreas, portanto, começaram a ser ocupadas somente em meados do século XIX com o estímulo governamental à imigração, formada basicamente por italianos e alemães.

A ocupação das áreas florestais com imigrantes europeus, organizada em pequenas propriedades familiares, desenvolveu a agricultura de subsistência, denominada também de agricultura colonial. Assim, as áreas de colonização ao norte do estado, começaram a diferenciar-se, por produzir os produtos que a grande propriedade latifundiária não produzia.

A diferenciação na ocupação da posse da terra no Rio Grande do Sul possibilitou o surgimento de uma dicotomia muito marcante em sua estrutura fundiária. Nas áreas de fronteira, a propriedade da terra estava associada à sesmaria, enquanto que nas áreas coloniais, ao norte do estado, havia uma estrutura fundiária alicerçada na pequena propriedade familiar baseada na imigração ítalo-germânica.

Essas duas formas de ocupação do território gaúcho materializaram no seu espaço agrário diferentes formas de uso da terra. De um lado, ocorreu o pleno desenvolvimento das atividades pastoris com a grande ascendência das charqueadas e, por outro, uma produção familiar estruturada na policultura e na presença da pequena propriedade rural.

No entanto, a partir de meados da década de 1960, com o desencadeamento do processo de modernização da agricultura brasileira, o Rio Grande do Sul se inseriu nesse contexto produtivo, sofrendo profundas transformações no seu meio técnico e conseqüentemente em seu o espaço agropecuário.

As transformações que ocorreram no campo brasileiro nesse período e, em especial, no Rio Grande do Sul, promoveram uma grande concentração das terras em todo o estado, levando à expropriação de grande parte dos produtores familiares (deve evitar a confusão entre pequeno e familiar, a produção familiar camponesa pode apresentar volumes variados de produção). Dessa maneira, a terra tornou-se ainda mais concentrada nas áreas de pecuária, enquanto que, nas áreas de colonização, predominantemente agrícolas, a concentração começava, possibilitando, assim, a formação e consolidação das empresas rurais produtoras de soja e trigo (BRUM, 1988).

No decorrer do processo de consolidação da modernização da agricultura na década de 1970, grande leva de agricultores camponeses oriundos das áreas coloniais do norte do Rio Grande do Sul, tornaram-se Sem Terra e outra parcela, direcionou-se para as áreas de expansão das fronteiras agrícolas.

A emergência de movimentos sociais em finais da década de 1970, principalmente do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fez com que se configurasse no Rio Grande do Sul um espaço agrário possuidor de diversos sujeitos sociais capazes de transformarem, embora aos poucos, uma estrutura fundiária desigual e contraditória, originada na produção diferenciada e contraditória desse território.

Nos últimos trinta anos, os movimentos sociais tiveram muitas conquistas, principalmente no que tange ao assentamento de milhares de famílias de trabalhadores sem terra. Até 2004, o Rio Grande do Sul contava com 131 Projetos de Assentamentos (PAs) sob responsabilidade do Governo do Estado, beneficiando 4.206 famílias, atingindo 57 municípios. Em relação aos PAs criados em convênios entre o Estado e a União - compartilhados -, encontravam-se assentadas 940 famílias, em 29 assentamentos. No que se refere aos assentamentos sob responsabilidades do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), este contava com 126 projetos, abrangendo 6.057 famílias.

Para Riedl e Navarro (1998), a luta pela terra no Rio Grande do Sul registrou um movimento geográfico. Originalmente começou no norte do estado, depois migrou para a região central (1987/88) e, no período pós 1990, concentrou-se no sul (Campanha Gaúcha), ou seja, no cerne dos latifúndios no Estado.

As propriedades rurais da Campanha Gaúcha passaram a ser vistoriadas pelo INCRA por apresentarem baixíssimos índices de produtividade. Apesar da forte resistência regional às vistorias, o instituto realizou uma série de desapropriações, com o objetivo de implantar assentamentos rurais de reforma agrária.

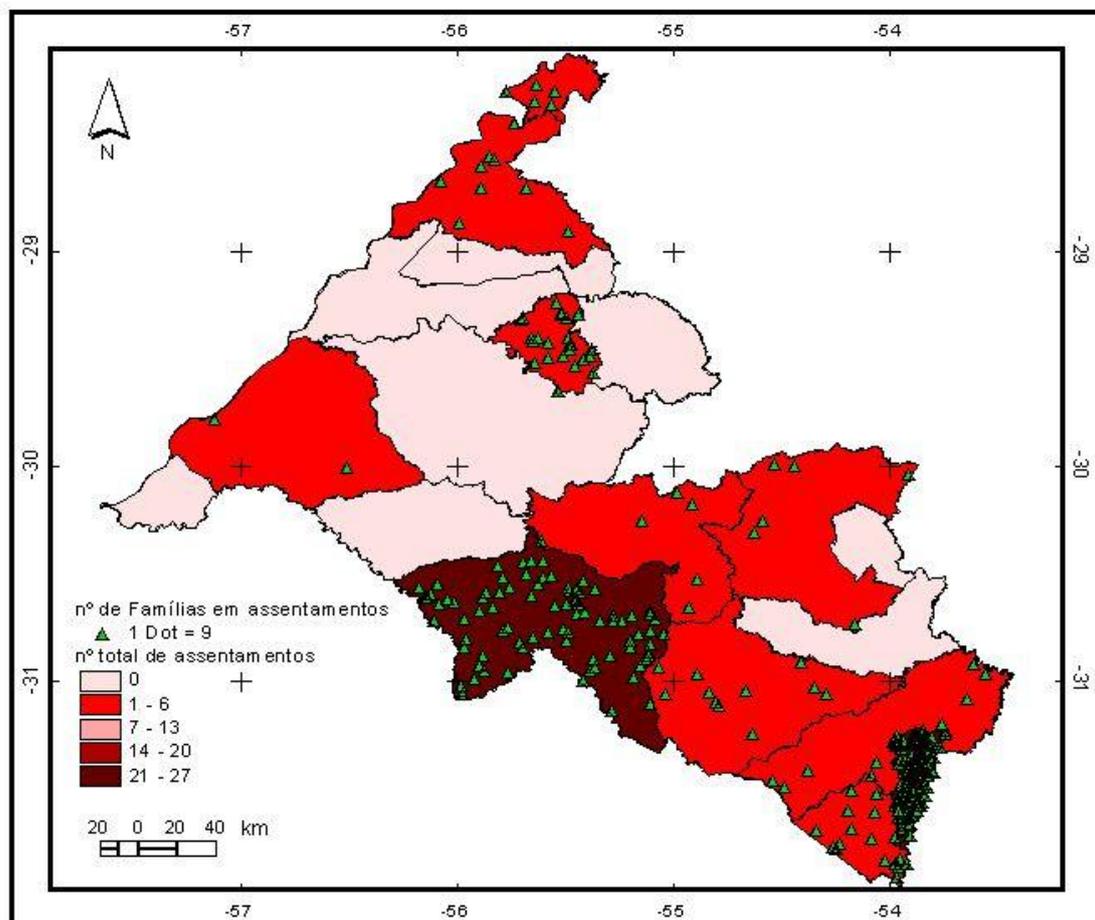
A reorientação dos projetos do MST para a Campanha Gaúcha consolida-se na medida em que ocorre um aparente esgotamento de propriedades a serem adquiridas em outras regiões do estado. Assim, no pós 1990, verifica-se uma forte reorientação desses projetos de assentamentos em direção à região, constituindo-se num espaço de reserva de terras para futuros assentamentos.

ESPECIFICIDADES DA TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA CAMPANHA GAÚCHA

O deslocamento da luta pela terra para a Campanha Gaúcha representou uma das estratégias do MST para conquistar novos espaços de atuação e, conseqüentemente, assegurar seus objetivos de realizar a “reforma agrária” numa área que representa o cerne do espaço latifundiário gaúcho. E, em relação às demais áreas, o sudoeste gaúcho representava a disponibilidade de terras provenientes de uma pecuária que, em sua grande maioria, encontrava-se com a cadeia produtiva desestruturada.

De 1981 a 2005, foram instalados 61 assentamentos rurais na região, que representam conquistas pontuais no processo de luta pela terra. O Estado, tanto na

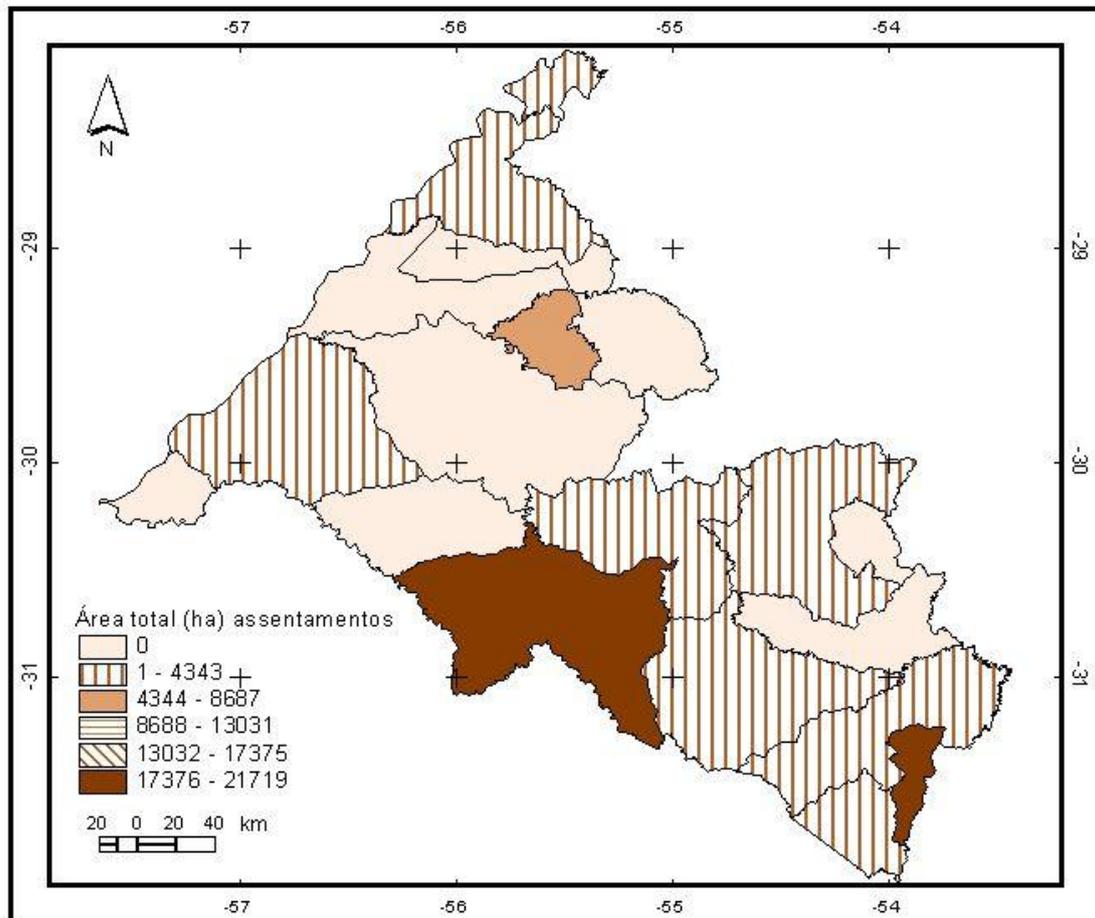
esfera estadual quanto federal, realizou intervenções para atender às reivindicações do MST, modificando a geografia agrária regional (Mapa 2).



Mapa 2 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: número total de assentamentos e famílias assentadas até 2005
 Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Dos 19 municípios que compõem a Mesorregião, oito não possuem assentamentos dentro de seus limites político-administrativos. Nos demais, ocorre uma concentração, especificamente no município de Hulha Negra, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Meridional, e em Sant’Ana do Livramento, localizado na Microrregião Geográfica da Campanha Central. Na Microrregião da Campanha Ocidental, destacamos o caso do município de Manoel Viana, que possui o maior assentamento em área territorial de toda a Mesorregião. Portanto, o maior foco de assentamentos rurais da Mesorregião localiza-se em sua porção centro-meridional.

Conseqüentemente, os três municípios da Campanha Gaúcha que se destacam em relação às áreas ocupadas por assentamentos são Hulha Negra, Manoel Viana e Sant'Ana do Livramento. O caso de Manoel Viana é bem particular, pois existe apenas um assentamento, mas em função de sua dimensão, mais de 6.000 ha, ocupa uma significativa porção territorial (Mapa 3).



Mapa 3 - Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: área total em hectares ocupadas pelos assentamentos até 2005
Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Assim, existem algumas especificidades importantes neste processo que precisam ser destacadas, podendo-se enfatizar três: (1) a primeira, refere-se ao fato de que as quase 2.000 famílias re-territorializadas são provenientes em grande parte de outras regiões do Rio Grande do Sul e, em um menor número, da própria Campanha; (2) outro fator refere-se à concentração desses assentamentos que ocorreu basicamente em dois municípios, Hulha Negra e Sant'Ana do Livramento. No entanto, não é um processo uniforme em toda região; (3) uma terceira, é a que se refere às políticas

públicas específicas visando atenuar as reivindicações dos movimentos sociais do campo, por parte do Governo Federal ou do Governo Estadual, que refletem diretamente no período de realização dos assentamentos rurais.

O gráfico 1 demonstra essa dinâmica, na medida em que observamos dois períodos em que o processo de instalação de assentamentos intensificou-se na região, o período que corresponde aos anos de 1996 a 1997 com 14 assentamentos e o período de 1999 a 2002, quando foram instalados 29 assentamentos.

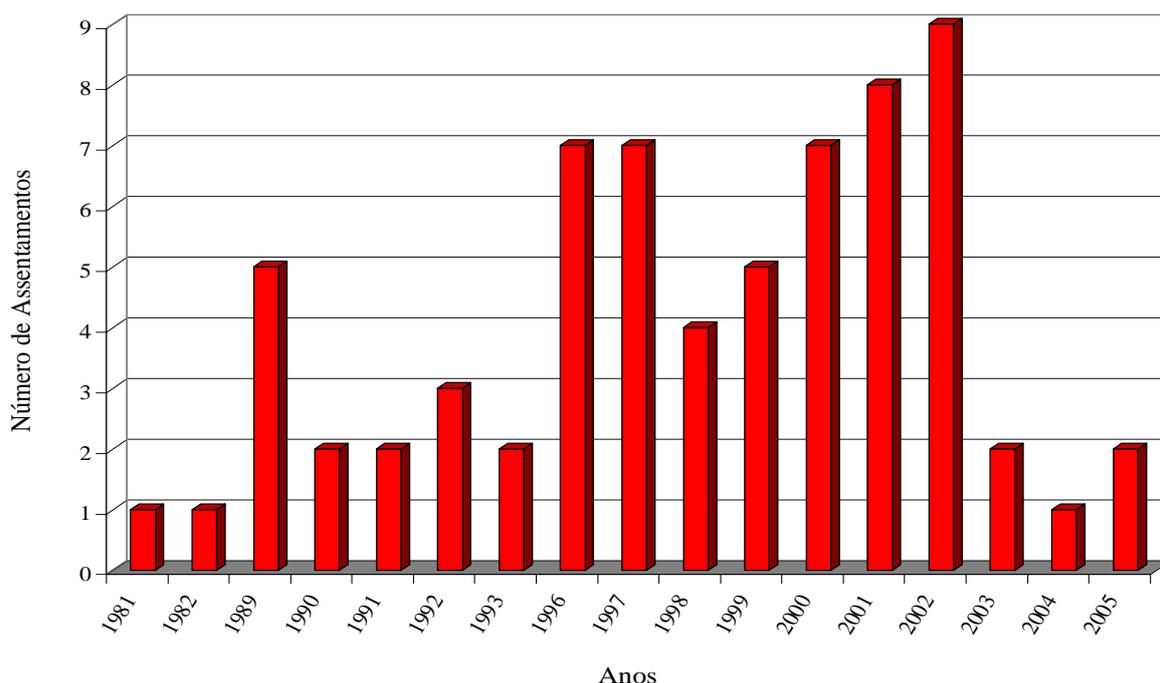


Gráfico 1 – Mesorregião Geográfica do Sudoeste Rio-Grandense: instalação de assentamentos de 1981 - 2005.

Fonte: DATALUTA/NERA (2006).

Nos anos de 1996 a 1998, travaram-se acirrados debates em torno dos índices de produtividade das propriedades rurais do Rio Grande do Sul, quando o INCRA realizou uma série de vistorias com o intuito de encontrar terras para fins de reforma agrária. Isso porque o índice de lotação da pecuária exigido pelo INCRA para o sudoeste gaúcho, situava-se em torno de 0,8 unidade animal por hectare, ou seja, menos de um animal por hectare e, mesmo assim, passou a ser contestado pelos pecuaristas, por ser considerado um índice muito elevado para as características regionais.

Portanto, as vistorias das propriedades rurais realizadas na década de 1990 pelo INCRA ocorreram devido ao fato de estas apresentarem baixos índices de lotação pecuária. Essas vistorias atingiram os interesses da classe pecuarista regional, principalmente, daqueles localizados nas proximidades do município de Bagé, principal e mais tradicional área de pecuária de corte da Campanha Gaúcha. A partir de então, os fazendeiros passaram a se organizar para conter tais vistorias. No entanto, o INCRA realizou sucessivas intervenções no decorrer da década de 1990, resultando numa série de desapropriações e, conseqüentemente, na implantação de assentamentos rurais. Dessa forma, o INCRA conseguiu amenizar a pressão social exercida pelo MST nessa área. Mas, as acirradas lutas entre os pecuaristas vinculados à FARSUL, o INCRA e o MST não se esgotaram, transformando a região no maior foco da luta pela terra no Rio Grande do Sul na década de 1990.

No período que corresponde aos anos de 1999 a 2002, também, observamos um acréscimo no número de assentamentos realizados na Campanha Gaúcha. Isso ocorreu principalmente em função da política estadual de reforma agrária, pois o governo Olívio Dutra (PT), durante sua gestão (1999-2002), institucionalizou esta região como área prioritária para sua política estadual de reforma agrária.

Conforme o Gabinete de Reforma Agrária (GRA)², dentre os princípios do Programa de Reforma Agrária do Governo Estadual, destacavam-se cinco:

(a) **Área reformada:** os assentamentos são estabelecidos em áreas próximas, possibilitando que os investimentos, o sistema viário, de comunicação, educação, rede de serviços, comércio e industrialização sejam melhor aproveitados. Atualmente, os assentamentos de Reforma Agrária concentram-se em três regiões: (1) região de Bagé, Candiota e Hulha Negra; (2) região de Tupanciretã e Jóia; e (3) região de Canguçu e Piratini;

(b) **Pólos regionais de desenvolvimento:** envolvem os assentados e a população da região com investimentos discutidos e planejados.

² Órgão criado na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, pelo decreto n 40.565 de 02/01/2001, e reestruturado por meio do decreto n 42.125 de 29/01/2003, com a finalidade de promover as políticas de reforma agrária e de cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul. Com a mudança de governo no ano de 2003, o GRA transformou-se em Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC), uma vez que a política estadual de reforma agrária não seria mais prioritária para a gestão do governo de Germano Rigotto (PMDB).

Integra ações locais, não somente nos assentamentos, mas numa política de desenvolvimento regional integrado;

(c) **Novos tipos de assentamento:** planejados a partir de um projeto econômico especializado, direcionado para atividades específicas como agroindústria, hortifrutigranjeiros, pecuária e orizicultura, etc.;

(d) **Produção de subsistência e para o mercado:** integração do plantio de culturas de subsistência e para o mercado, implementando linhas de produção com gradativa especialização. O objetivo é agregar valor através de beneficiamento, industrialização e comercialização;

(e) **Novo modelo de agricultura:** adoção de agroecologia como forma de garantir sustentabilidade ambiental, social e econômica aos assentamentos, utilizando técnicas modernas como a adubação verde e orgânica; rotação de culturas, produção própria de sementes, diversificação, sistemas agroflorestais e outros. (referência?)

Com um acordo entre o Governo Estadual, alicerçado no então GRA, com o Governo Federal, por meio do INCRA, surgiram os primeiros assentamentos denominados compartilhados, uma vez que os investimentos foram divididos pelas duas esferas de governo, ou seja, 50% custeada pelo Estadual e 50% pelo Federal.

Até o ano de 2005, o Rio Grande do Sul contava com 137 Projetos de Assentamentos (PAs) sob responsabilidade do Governo do Estado, beneficiando 4.354 famílias, distribuídas em 57 municípios. Existem também os PAs criados por convênios entre o Estado e a União, denominados compartilhados, contando com 910 famílias distribuídas em 27 assentamentos. O INCRA contava com 126 assentamentos sob sua responsabilidade, abrangendo cerca de 6.000 famílias. (retirar este parágrafo e inserir seus dados no parágrafo identificado na p.6 porque os dados aqui apresentados são semelhantes, porém mais recentes.)

Conforme Da Ros (2006), no período de 1999 a 2002, observou-se a presença simultânea de duas estratégias governamentais distintas para a ampliação do acesso à terra no Rio Grande do Sul. A primeira, foi conduzida pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), concentrando-se em duas linhas de atuação: a política de assentamentos pela Superintendência Regional do INCRA e o programa de crédito fundiário pelo Banco da Terra, implementado pela delegacia regional do MDA. A segunda, foi conduzida pelo governo Olívio Dutra (PT) e objetivou a implementação de uma política estadual de assentamentos e reassentamentos, além de ter concentrado suas ações no atendimento às reivindicações de diversos públicos.

Assim, foram inevitáveis as tensões produzidas pela luta política travada entre os agentes sociais, o que repercutiu diretamente no caráter das políticas agrárias adotadas, assim como no seu ritmo, extensão e na definição dos instrumentos utilizados. Essa questão fica evidente no documento final produzido pela I Conferência Estadual de Reforma Agrária realizada no ano de 2001. Dentre os seus principais pontos, podemos destacar:

[...] A reforma agrária de mercado, defendida e implementada pelo Governo Federal, é inviável e ineficiente, pois preserva o latifúndio e não gera modificações significativas na estrutura fundiária. Em casos específicos, o crédito fundiário pode funcionar como uma medida complementar à reforma agrária. [...] A experiência dos últimos anos no RS demonstra que os estados podem contribuir para acelerar a reforma agrária, sem isentar o governo federal de sua responsabilidade. No RS de 1980 até 1998 foram assentadas 6.845 famílias e no atual governo já foram assentadas 4.400 através da ação conjunta da União e do Estado. (GRA/RS, 2002, p. 72-73).

Em agosto de 2000, o Gabinete de Reforma Agrária assinou um convênio com o INCRA que possibilitava a compra conjunta de áreas para a realização de assentamentos rurais. A partir de então, foram adquiridas propriedades em parceria, cujo pagamento era realizado em Títulos da Dívida Agrária (TDAs) pelo INCRA e parte em dinheiro pelo Governo Estadual. No segundo semestre do ano de 2001, o resultado satisfatório na agricultura gaúcha e o próprio comércio de terras, estimulados pela política estadual de reforma agrária, começaram a dificultar a aquisição de propriedades com TDAs.

Com a diminuição de propriedades com potencial de compra, ocorreu o enfraquecimento do convênio entre o Governo Estadual e o INCRA, uma vez que o instituto somente poderia fazer aquisições de terras com os TDAs. A partir de então, o instituto retomou as vistorias para desapropriação, suspensas há mais de um ano no Rio Grande do Sul.

Em vista disso, o Governo Estadual apostou na desapropriação de terras consideradas de interesse social, indenizando o proprietário em moeda corrente. Dessa forma, os proprietários de terras desapropriadas recebiam pagamento à vista. Durante as desapropriações, houve pouca resistência por parte dos proprietários, principalmente no sudoeste gaúcho, pois elas inflacionaram o preço das terras, num período em que a

cadeia produtiva da pecuária de corte enfrentava uma de suas maiores crises socioeconômicas.

Em Chelotti (2003), identificamos esse processo, ao estudar a política de instalação de assentamentos rurais no município de Sant'Ana do Livramento. A Campanha Gaúcha foi institucionalizada área prioritária para a realização de reforma agrária, sendo que o Estado tornou-se o principal agente fomentador do mercado de terras, principalmente no município em questão. A revitalização do mercado de terras ocorreu por vários motivos, destacando-se as pressões sociais organizadas pelo MST; que resultaram na necessidade de aquisição de terras para assentar essas famílias, e a política estadual de desenvolvimento regional do governo Olívio Dutra (1999 - 2002).

Na Campanha Gaúcha, ocorreu uma revitalização do mercado de terras, tornando-o promissor e atrativo para os proprietários, principalmente, para aqueles que foram diretamente afetados pela abertura do mercado brasileiro no início da década de 1990. A demanda por terra, por parte do Governo Estadual, para a realização de assentamentos rurais valorizou as terras no município, elevando o preço médio de USD\$ 434,00 para algo em torno de USD\$ 2.173,00 já nos últimos anos. (A mesma idéia se repete de diferentes formas nestes parágrafos, Revise sua redação de forma a ser mais objetivo e evitar repetições.)

Um dos impactos dessa valorização foi a dificuldade de aquisição de propriedades para a implantação do Banco da Terra³ no município de Sant'Ana do Livramento. O interesse em comercializar terras com o Estado foi tão intenso que no ano de 2002, havia em torno de oito propriedades disponíveis para a negociação com o Governo Estadual.

Ressalta-se, no entanto, que com a mudança no Governo Estadual em virtude das eleições em outubro de 2002, esta valorização das terras para reforma tendeu a estacionar em função dos acordos estabelecidos entre o governo de Germano Rigotto (2003- 2006) e os pecuaristas, visando à paralisação da política estadual de reforma

³ Programa de crédito fundiário muito difundido pelo Governo Federal durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O programa consistia em **financiar a compra** de terras, com **área inferior ao módulo familiar**, diretamente a pequenos proprietários e a trabalhadores assalariados, meeiros ou parceiros. (esta informação me parece incorreta, favor checar)

agrária. A venda de terras continuou, mas associada a grandes empresas ligadas ao setor de celulose, como Aracruz, Votorantin e Stora Enso, conforme diretrizes de uma nova política de “desenvolvimento regional”, cujo apoio estatal foi maciço.

Destaca-se que, se, por um lado, esses acordos estabelecidos paralisaram aquisições de propriedades na região para reforma agrária, por outro, o INCRA continuou a intervir por meio de vistorias, visando realizar futuras desapropriações. Desse modo, a Campanha Gaúcha continuou sendo área prioritária para realização de reforma agrária, porém, na esfera do Governo Federal.

AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO CAMPONESA

Uma questão importante de ser destacada é o fato de esses camponeses Sem Terra serem provenientes de outras regiões do Rio Grande do Sul e, numa menor escala, da própria região. Isso em termos socioculturais é um fator muito importante, tendo em vista que a identidade cultural do camponês da Campanha não é a mesma daqueles provenientes das áreas coloniais.

Tem-se, de um lado, o camponês nativo, ou seja, o tradicional pequeno proprietário de terras da Campanha, com fortes laços socioculturais com o espaço latifundiário; e, de outro lado, o camponês migrante Sem Terra, proveniente das áreas coloniais, possuindo outra racionalidade, conseqüentemente, outra cultura e relação com a terra.

Em algumas conversas constatamos que os camponeses Sem Terra sofreram um enorme estranhamento ao chegarem aos assentamentos da campanha Gaúcha. Inicialmente destacaram a paisagem como sendo muito diferente de sua antiga região de procedência. Para muitos, a nova paisagem dava uma sensação de liberdade, uma vez que os campos são tão abertos que se perde de vista, enquanto onde residiam anteriormente, o relevo era mais ondulado e íngreme.

Na medida em que ocorreu o processo de re-territorialização, outros desafios entraram em cena, principalmente aqueles associados às estratégias de reprodução da unidade familiar/camponesa. Ao chegarem à área definitiva, tudo estava para fazer, desde as instalações para moradia até aquelas associadas aos primeiros cultivos. Por serem áreas de campo nativo, não apresentavam condições adequadas para a instalação imediata de suas residências e tornava-se necessário o plantio de árvores para proteger a residência e os pequenos animais das intempéries do tempo, sejam elas associadas ao calor ou ao frio.

Nos primeiros anos do assentamento, geralmente, eram desenvolvidos os cultivos que os camponeses estavam acostumados em sua região de origem. No entanto, com o passar do tempo, percebiam que nem tudo poderia permanecer associado às suas antigas tradições de cultivar a terra, pois as condições de solo e clima na nova região exigiriam adaptações e práticas específicas para lidar com a terra conquistada.

Portanto, se nos primeiros anos ocorreu uma predominância no cultivo de lavouras, principalmente a do milho, com o passar do tempo, perceberam que tal cultivo não seria viável como atividade principal para gerar renda, somente para a subsistência da unidade familiar/camponesa. Isso ocorre porque os verões na região são muito secos, o que não garante uma colheita satisfatória, cobrindo os custos básicos de produção.

Algumas alternativas encontradas para a geração de renda nos assentamentos rurais foram o cultivo de sementes de hortaliças agroecológicas, como aquelas que são encontradas em assentamentos localizados no município de Hulha Negra; a produção de leite como ocorre em Sant'Ana do Livramento; ou a produção de frutas (melão, pêra, pêssego, figo, dentre outras) que cada vez mais conquista espaços.

Para Medeiros e Sosa Junior (2006), a produção agroecológica tornou-se uma importante estratégia de re-territorialização dos assentados na Campanha Gaúcha, principalmente, no município de Hulha Negra. A partir de 1997, a COOPRAL priorizou a produção de sementes agroecológicas, denominadas de BIONATUR (Figura 1), carregando consigo uma nova racionalidade, sendo uma experiência inovadora na América Latina.

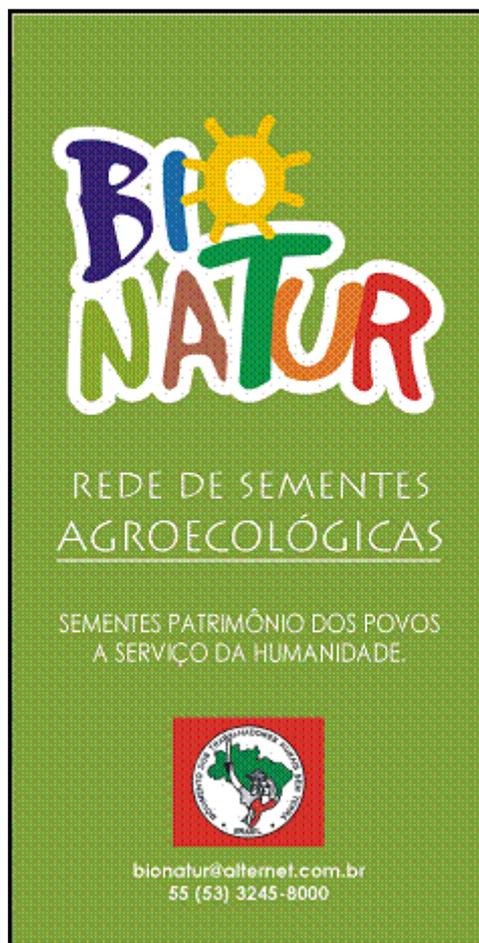


Figura 1 – Bionatur: cartaz de divulgação das sementes agroecológicas de hortaliças produzidas em Hulha Negra (RS)
Fonte: <http://www.altnet.com.br/bionatur>

Estamos diante, portanto, de uma mudança na racionalidade da pequena propriedade encontrada na região que, historicamente, desenvolvia a pecuária de corte (bovinos e ovinos) e não uma produção agroecológica ou o desenvolvimento da pecuária leiteira. Parece uma contradição, pois a vegetação de campos nativos permite o desenvolvimento da pecuária leiteira, mas o que está em jogo é uma questão cultural dos tradicionais pequenos proprietários da região.

Os sistemas de cultivos nos assentamentos estão associados à trajetória de vida desses camponeses, e também, às novas experiências de produção no assentamento. A prática de uma agricultura baseada no intenso uso de insumos agrícolas e maquinários fez parte da trajetória de vida da maioria dos colonos assentados, até porque foi a

própria modernização da agricultura iniciada no norte do Rio Grande do Sul que expulsou milhares de camponeses da terra.

A incorporação de novos sistemas de cultivos tornou-se necessária, na medida em que os camponeses perceberam que com as práticas “modernas”⁴ de agricultura não seria possível desenvolver uma agricultura que possibilitasse a manutenção de suas unidades de produção. Com particularidades locais um pouco diferenciadas, mas com características edafo-climáticas muito semelhantes, com solos susceptíveis à degradação ambiental, alto índice de arenização e com déficit hídrico em determinados meses, algumas mudanças foram incorporadas nos sistemas de cultivo dos assentamentos.

Em um trabalho anterior, Chelotti (2003), estudamos as estratégias de reprodução dos camponeses re-territorializados no município de Sant’Ana do Livramento e também detectamos que uma das estratégias era a tentativa de realizar uma produção agroecológica. A partir da pesquisa realizada em três assentamentos (Liberdade no Futuro, Nova Santa Rira e Esperança da Fronteira), constatamos os diferentes níveis de inserção da agroecologia encontrados nos lotes dos referidos assentamentos.

No caso do Assentamento Liberdade no Futuro, as experiências com uma produção numa perspectiva agroecológica tornou-se realidade na medida em que safras anteriores desenvolvidas com práticas modernas de agricultura foram frustradas. Associada a tudo isso, havia a percepção de que o meio ambiente local era extremamente particular e não seria possível a aplicação de tais técnicas, pois corria-se o risco de comprometer a produção e a qualidade do solo.

A proposição agroecológica apresenta-se como uma aspiração a uma nova forma de desenvolvimento. Aqueles que idealizaram esse tipo de agricultura entendem que, aliando-se a um projeto de desenvolvimento local, descentralizado, que privilegie a diversidade em cada meio, estão exprimindo novas aspirações, novas formas de sociabilidade, uma vontade em promover outros modos de desenvolvimento econômico e social que seriam mais controláveis e aceitos porque espacialmente circunscritos e

⁴ Práticas “modernas” de agricultura são entendidas enquanto cultivo intensivo do solo, monocultura, aplicação de fertilizantes, controle químico de pragas, etc.

cultural e tecnicamente fundados na “experiência de tempo” (esclarecer o significado da expressão) (ALMEIDA, 1998). (Precisa definir o que entende por agroecologia. Neste parágrafo ela aparece como sinônimo de desenvolvimento local, quando se tratam de coisas distintas)

Constatamos que mais de 40,0% dos camponeses entrevistados no Assentamento Liberdade no Futuro desenvolviam uma agricultura conciliando a perspectiva agroecológica com a “convencional”⁵, ou seja, aprimorando seus sistemas de cultivo. O cultivo agroecológico é uma experiência a ser concretizada a longo prazo, mas que já começou no assentamento, com o cultivo de frutíferas agroecológicas.

A foto 1 demonstra um dos exemplos de tentativa de cultivo agroecológico, desenvolvido no assentamento Liberdade no Futuro/Sant’Ana do Livramento.



Foto 1 – Assentamento Liberdade no Futuro/ Sant’Ana do Livramento (RS): pomar com pêra asiática, utilizando irrigação e cultivado numa perspectiva agroecológica.

No Assentamento Nova Santa Rita, os camponeses reconheceram a necessidade de mudança em seus sistemas de produção, todavia, na prática, isso não se verificou. Tudo indica que em função das culturas desenvolvidas no assentamento, como a soja e o milho, a prática agroecológica seja mais limitada, devido às poucas experiências

⁵Estamos considerando agricultura convencional aquela que apresenta pressupostos modernos de produção, em contraposição à agroecológica.

(Afirmação redundante e sem caráter explicativo. Melhorar redação) registradas no assentamento. Portanto, constatamos que em 91,6% dos lotes era desenvolvida uma agricultura convencional (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais sistemas de cultivos desenvolvidos nos lotes dos assentamentos Liberdade no Futuro, Nova Santa Rita e Esperança da Fronteira.

Assentamentos	Liberdade no Futuro		Nova Santa Rita		Esperança da Fronteira	
	Ocorrência	%	Ocorrência	%	Ocorrência	%
Convencional	7	30,4	11	91,6	13	100,0
Agroecológico/ convencional	11	47,8	1	8,3	0	0
Agroecológico	5	21,7	0	0	0	0
Total	23	100	12	100	13	100

Fonte: Trabalho de campo
Org.: do autor

No Assentamento Esperança da Fronteira, a agricultura desenvolvia-se de maneira convencional, não sendo encontradas práticas ou experiências agroecológicas. Nesse assentamento, a discussão referente às mudanças no sistema de produção apenas ocorreu na fase de acampamento, na qual os integrantes do MST discutiram a possibilidade de desenvolvimento de uma agricultura alternativa nos futuros assentamentos a serem conquistados pelo movimento.

A perspectiva agroecológica, no âmbito da agricultura como um todo, ainda tem um longo caminho a percorrer. No entanto, alguns exemplos existentes, como no caso do Assentamento Liberdade no Futuro, indicam a tentativa de realizar uma nova concepção de agricultura, alicerçada no trabalho familiar e potencializando o conhecimento empírico juntamente com a valorização do meio ambiente.

Almeida (1998) destaca que

Por mais minoritárias que sejam essas ações e atores no contexto do amplo movimento de contestação ao modelo de desenvolvimento vigente, eles parecem indicar uma outra direção, pensando a problemática da agricultura e de alguns aspectos da sociedade em termos suscetíveis de provocar um transbordamento para fora dos espaços sociais construídos (ALMEIDA, 1998, p. 246).

O desenvolvimento de uma nova concepção de agricultura fazia parte das políticas públicas do governo estadual na gestão de Olívio Dutra (1999-2002) para a agricultura familiar. A concepção dessa política está na adoção de um modelo de agricultura alicerçado na agroecologia como forma de garantir sustentabilidade ambiental, social e econômica, utilizando técnicas como adubação verde e orgânica, rotação de culturas, produção própria de sementes, diversificação produtiva, sistemas agroflorestais, dentre outros.

A proposta de reestruturação socioeconômica da Metade Sul enfatiza

O acesso democrático à terra e à água é condição para superar o modelo baseado na pecuária extensiva, com escassa técnica e de baixo valor agregado. Os programas de incentivo à agricultura familiar, à agroecologia, à agroindústria e, particularmente, à reforma agrária assumem uma centralidade estratégica. Imprimir caráter qualitativo à estratégia de desenvolvimento regional, com vistas à conquista de parcela superior do mercado nacional e externo, bem como à diversificação endógena em direção às atividades de maior valor agregado, se consubstancia através de duas vertentes fundamentais, além de pesados investimentos em infra-estrutura. (<http://www.metadesul.scp.rs.gov.br/> acesso em nov. de 2001).

Constatamos em campo, a importância do apoio institucional na viabilização de alternativas para o rural, nesse caso, a construção dessa consciência sob a perspectiva de uma agricultura sustentável⁶. O MST juntamente com Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Associação de Hortigranjeiros de Livramento desenvolviam pesquisas e experimentos no intuito de fomentar essa prática, não só nos assentamentos, mas também entre os camponeses tradicionais⁷ do município de Sant'Ana do Livramento.

⁶ A discussão referente à sustentabilidade é muito controversa. No entanto, o que se discute sobre a agricultura é a substituição do padrão moderno para o agroecológico. Assim, Ehlers (1999) conceitua agricultura sustentável: manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retornos adequados aos produtores; otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda; atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. (EHLERS, 1999, p. 103).

⁷ Estamos considerando agricultores familiares tradicionais, aqueles pequenos proprietários de terras que não fazem parte dos projetos de assentamentos rurais implantados a partir da década de 1990 no município de Sant'Ana do Livramento. (O conceito de agricultor familiar não é equivalente ao de camponês. Uma forma de resolver esta dificuldade no texto, sem entrar em maiores discussões teóricas, é utilizar a expressão agricultura familiar /camponesa, como você fez em outras partes do texto)

De acordo com Almeida (1999):

O futuro das idéias agroecológicas, aquelas que parecem mais sensíveis a um projeto de autonomia política, depende, portanto, de sua capacidade de transformar uma ideologia fundamentalmente ecologista, especialmente no espaço social agrícola e rural, em uma ideologia política suscetível de ser “aceita” pela maior parte da sociedade, em um movimento que seja capaz de disseminar idéias no tecido social. (ALMEIDA, 1999, p. 198).

Uma das principais características da agricultura agroecológica começa pelo reconhecimento da necessidade de conservação e manutenção da diversidade biológica. A conservação do solo influencia decisivamente no desenvolvimento da produção nos lotes, pois pode tornar-se um fator limitante de expansão. Com isso, as práticas de conservação do solo nos assentamentos, principalmente quando estes estão situados em áreas susceptíveis à degradação ambiental, são de fundamental importância para se analisar o grau de tomada de consciência desses colonos em relação às práticas sustentáveis de exploração da terra.

Destacamos que, em cada assentamento, as práticas de cultivo são diferenciadas e não são permanentes, pois com o passar do tempo, os camponeses vão incorporando novas práticas e deixando de lado outras. Também essas práticas estão, muitas vezes, associadas ao histórico de vida desses indivíduos. Encontramos em alguns lotes o cultivo da soja, como também experiências agroecológicas, demonstrando que determinadas práticas de exploração da terra podem ser transformadas, buscando a sustentabilidade (social, econômica e ambiental) da unidade de produção familiar/camponesa.

É por isso, que consideramos a agroecologia uma das muitas estratégias de reprodução experimentadas pelos camponeses re-territorializados no Pampa, embora, em muitas vezes, a falta de uma política pública eficaz dificulte a emancipação desses projetos de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha.

CONSIDERAÇÕES

A presença acentuada de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha requer mais do que nunca análises referentes à sua dinâmica social, econômica, política e ambiental, pois exigem a aplicação de medidas que visem à manutenção da produção familiar em áreas de pecuária de corte extensiva.

Nesse sentido, representam uma transformação socioespacial em relação à situação anterior, dominada até então, pelo espaço latifúndio, baseado na pecuária de corte e no cultivo da lavoura capitalista do arroz irrigado. Assim, além de representarem transformações econômicas, sociais e políticas, os assentamentos promovem redefinições territoriais muito significativas, tanto local como regionalmente.

Deve-se, pois, estimular nos assentamentos o desenvolvimento de uma agricultura que produza os rendimentos necessários para a continuação do seu processo produtivo e que viabilize a fixação do homem no meio rural e a reprodução das unidades de produção familiar. Parece ser esse o objetivo da agroecologia encontrada em alguns assentamentos de Hulha Negra e de Sant'Ana do Livramento.

Os camponeses re-territorializados na Campanha Gaúcha vêm demonstrando que, por sua própria natureza política, se constituem como sujeitos históricos, e os assentamentos são encarados como espaços por excelência de novas experiências produtivas, como o é o caso das experiências com a agroecologia, possibilitando a reorganização do espaço agrário regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. Significados sociais desafios e potencialidades da agroecologia. In FERREIRA, A D. D.; BRANDENBURG, A (Org.) **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L.A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CHELOTTI, M. C. **A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS**. 2003, 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 435f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura/CPDA) - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- EHLERS, E. **Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Série Estudos/NERA**, Presidente Prudente, n. 2, p. 1-32., dez. 1998.
- ____ **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- ____ **A formação do MST no Brasil**. Vozes: Petrópolis, 2000.
- GUANZIROLI, C. et al **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Projeto de cooperação INCRA/FAO, 1999.
- GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n.10, p. 154-176, 1994.
- GÖRGEN, F.S. A; STÉDILE, J.P. (Org.) **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conferência Estadual de Reforma Agrária: o uso da terra e o desenvolvimento do Estado**. GRA: Porto Alegre, 2002.
- HAERBAERT, R. **RS: Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HEIDRICH, A L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- LEITE, S. et al (Org.) **Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

- MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação de assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.
- MEDEIROS, L.S. *et al* (Org.) **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.
- MEDEIROS, R. M. V.; SOSA JUNIOR, D. de O. Desterritorialização e (re)territorialização dos trabalhadores rurais sem-terra na Campanha Gaúcha. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. I, 2006. Niterói. **Anais ...** Niterói: UFF/ campus de Gragoatá, 2006. p. 1-18.
- MARTINS, J.de S. **A chegada do estranho.** São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARTINS, J. de. S. **O sujeito oculto:** ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- MOREIRA, I. A. G.; COSTA, R. H. da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul.** 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- NAVARRO, Z.; MORAES, M.S.; MENEZES, R. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In MEDEIROS, L.S.; LEITE, S. (Org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999. p. 19-68.
- NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA/NERA/DATALUTA, FCT/Unesp, 2006.
- RIEDL, M.; NAVARRO, Z. S. Reforma agrária na Região Sul. In: SCHMIDT, B. V. et al (Org.) **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil.** Brasília: Ed. UNB, 1998.
- OLIVEIRA, A. U. de O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J.P. (Org.) **A questão agrária hoje.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS. 1994. p.32-56
- ZAMBERLAM, J.;FLORÃO, S.R. Impactos dos assentamentos na economia de 4 municípios da região de Cruz Alta. In: GÖRGEN, S; STÉDILE, J.P. (Org.) **Assentamentos a resposta econômica para a reforma agrária.** Petrópolis: Vozes, 1992. p. 11-39.